



### Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS)

PA COPAM Nº: 14820/2013/006/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento

**EMPREENDEDOR:** Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME (Ex. Coferall – Comércio de Ferro, Aço e Ligas) **CNPJ:** 09.283.033/0001-60

**EMPREENDIMENTO:** Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME (Siderurgia Santo Antônio Ltda) **CNPJ:** 09.283.033/0002-41

**MUNICÍPIOS:** Itaúna e Igaratinga - MG **ZONA:** Rural

#### CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
A-03-02-6	Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha	3	0

#### RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Eduardo Fernando da Cunha – Biólogo

#### REGISTRO:

CRBio 76.730/04-D

#### AUTORIA DO PARECER

Maria Eduarda D'Carlos Belo  
Gestora Ambiental  
Engenheira de Minas

#### MATRÍCULA

63.193-1

#### ASSINATURA

#### De acordo:

Camila Porto Andrade  
Diretora Regional de Regularização Ambiental

1.481.987-4





### Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS)

O empreendimento Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME, inscrito no CNPJ sob o n. 09.283.0333/0002-41, localizado nos municípios de Itaúna e Igaratinga/MG, formalizou no dia 19/12/2019, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), para as atividades A-03-01-8: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 50.000,00 m³/ano, e A-03-02-6: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 50.000,00 t/ano, gerando o PA COPAM n. 14820/2013/0006/2019.

O empreendimento em questão é classificado por porte e potencial poluidor/degradador como classe 3/M e não possui a incidência de critério locacional, justificando adoção do procedimento simplificado.

A empresa Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME é a titular requerente das poligonais ANM 830.308/2014 e 830.310/2014 para realização de trabalhos inerentes às substâncias minerais areia e argila, e solicita, no processo de LAS-RAS em questão, a ampliação do empreendimento, que possui duas licenças ambientais vigentes, quais sejam:

- AAF n. 02334/2018, para a atividade extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 30.000,00 m³/ano, concedida em 17/04/2018, válida por 04 (quatro) anos, localizada na Fazenda dos Britos e Fazenda Deus me Livre, conforme PA COPAM n. 14820/2013/005/2018; e
- AAF n. 00434/2018, para a atividade extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 11.500,00 t/ano, concedida em 17/01/2018, válida por 04 (quatro) anos, localizada na Fazenda Deus me Livre, conforme PA COPAM n. 14820/2013/004/2017.

A área do empreendimento encontra-se inserida dentro de quatro imóveis rurais, denominados Fazenda dos Britos (matrículas 36.508 e 36.509), localizados em Igaratinga/MG, e Fazenda Deus me Livre (matrículas 38.221 e 38.222), localizados em Itaúna/MG.

As matrículas n. 36.508 e 36.509, foram objetos do desmembramento da matrícula 28.208, todas registradas no Livro 2, Registro Geral, da Comarca de Pará de Minas/MG. Já as matrículas n. 38.221 e 38.222, foram objetos do desmembramento da matrícula 22.288, todas registradas no Livro 2 – FY, da Comarca de Itaúna/MG. Consta em cada imóvel um área de reserva legal averbada, não inferior a 20% do total da propriedade, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Demonstrativo do quantitativo de área e reserva legal de cada imóvel

	Matrícula 28.208		Matrícula 22.288	
	Área total de 627,57,58 ha Reserva Legal 148,56,00 ha		Área total de 207,00,00 ha Reserva legal 41,40,00 ha	
	Mat. 36.508	Mat. 36.509	Mat. 38.221	Mat. 38.222
	Fazenda dos Britos	Fazenda dos Britos	Fazenda Deus me Livre	Fazenda Deus me Livre
Área total do imóvel	59,24,58 ha	568,33,00 ha	173,39,70 ha	33,60,30 ha
Área da reserva legal averbada	14,06,70 ha (AV-1/36.508)	134,66,67 ha (AV-1/36.509)	41,40,00 ha (AV-004)	Reserva legal totalmente localizada na mat. 38.221





Ressalta-se que todas as Certidões de Registro de Imóveis – CRI, Termos de Responsabilidade de Preservação de Floresta e mapas de averbação das áreas de reserva legal foram apresentados e anexos aos autos.

Foi apresentado o Recibo de Inscrição no CAR unificado, tendo em vista que todos os imóveis acima pertencem à Companhia Tecidos Santanense (CNPJ n. 21.255.567/0001-89), sob o n. MG-3130200-40485B3D0F61463EB91B0799CCD6AEB3), com área total do imóvel declarada de 835,2148 ha e 190,5010 ha de reserva legal. Entretanto, como pode ser visto nos arquivos disponíveis na plataforma do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e arquivos *kml* apresentados pelo empreendedor, a localização de algumas áreas de reserva legal demarcadas no CAR divergem das áreas demarcadas junto ao IEF à época, verificadas nos mapas de averbação apresentados, sendo necessário, portanto, que seja retificado o CAR.

A Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME possui Autorização, concedida pela Companhia Tecidos Santanense, para pesquisar e lavrar areia e argila nos imóveis registrados nas matrículas 36.508, 36.509, 38.221 e 38.222, já descritas acima.

Cabe informar que foi juntada aos autos via original da Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Itaúna/MG, no dia 12/11/2019, e pela Prefeitura Municipal de Igaratinga, no dia 12/12/2019, ambas atestam a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

Também foi apresentada a declaração feita pelo empreendimento no dia 10/12/2019, protocolo DI-007216/2019, juntamente com seu responsável técnico, informando a inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas em função das atividades do empreendimento e atestando que todas as informações prestadas à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM são verdadeiras.

O empreendimento detém o certificado de regularidade válido, sob n. 7139636, no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com esboço na Instrução Normativa do Ibama n. 06/2013 e art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981.

O RAS apresentado neste processo está acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Sr. Eduardo Fernando da Cunha e do certificado de regularidade no CTF/AIDA – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, consoante preconiza a IN Ibama n. 10/2013, a Resolução do Conama n. 01/1988 e o art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981.

O local do empreendimento se trata de um reservatório que está assoreado, mas antigamente era utilizado por uma usina, para fins de geração de energia elétrica. Foi informado no RAS, que o empreendimento já se encontra em operação, utilizando a metodologia de lavra a céu aberto, através de dragagem em leito de rio, sendo apresentados, portanto, os Certificados de Outorga com a finalidade de extração mineral no curso d'água Rio São João, Portarias n. 00942/2018 e n.00943/2018, válidas até 02/03/2022.

Também foram apresentados os Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental – DAIA's, n. 0033558-D e n. 0033559-D, regularizando intervenções em Áreas de Preservação Permanente – APP.

De acordo com os arquivos *kml* e mapa planimétrico apresentados, a área de lavra atual ocupa uma área de 1,31 ha, sendo que a Área Diretamente Afetada (ADA) com o avanço da lavra, será de 37,7 ha, ver Figura 1, entretanto, durante a análise do RAS foram encontradas muitas informações incoerentes.





**Figura 1** - Área de lavra atual (em rosa), ADA total (em vermelho), demarcação do represa Usina dos Britos (em azul) e polígonas ANM (em amarelo). Fonte: Google Earth, 2019.

Como pode ser visto na Figura 1 acima, no polígono rosa maior, caracterizado como área de lavra atual, consta apenas uma estrada e, aparentemente, a área de lavra está fora do mesmo, fora até mesmo das poligonais ANM. Ao questionar o responsável técnico pelo RAS a respeito dessa divergência, foi informado pelo mesmo que a área apontada não corresponde à cava, mas sim a uma área dentro do reservatório artificial assoreado que, devido às atividades dos equipamentos em sua proximidade, teve aparecimento de areia. Essa informação gerou dúvidas novamente, pois nas fotos apresentadas no Anexo 3 do RAS, a lavra já está avançada, não sendo somente uma estrada.



**Figura 2** - Possível área de lavra fora da poligonal ANM e estrada dentro da "área de lavra atual". Fonte: Google Earth, 12/05/2019.



**Figura 3** - Vista parcial do empreendimento. Fonte: Anexo 3, do RAS.

Outro fato é que, no DAIA n. 0033558-D, foi informado que a localização dos portos seriam Porto 1 (N 7.788.699 e E 532.679), Porto 2 (N 7.788.599 e E 532.802) e Porto 3 (N 7.788.540 e E 532.907), entretanto os mesmos não foram contabilizados na ADA deste processo de LAS-RAS. E, através das imagens de satélite







do *Google Earth*, pôde ser visto atividade de dragagem no local em 2018, conforme Figura 4, contudo foi informado pelo responsável técnico no item 14, do documento de protocolo R0007107/2020, que as atividades do empreendimento tiveram início apenas em setembro de 2019. Já no DAIA n. 0033559-D, o porto (N 7.789.016 e E 533.403) está na localização prevista da ADA, demarcado como Porto 4 na figura abaixo.



Figura 4 – Coferall operando com draga em 23/08/2018. Fonte: Google Earth, 2019.

Quanto aos principais impactos ambientais inerentes às atividades, foi informado sobre a geração de efluentes líquidos (sanitários e oleosos), resíduos sólidos (orgânicos, recicláveis e perigosos), emissões atmosféricas, bem como produção de ruídos e vibrações.

Foi declarado no RAS que os resíduos perigosos Classe I (embalagens contaminadas, estopas usadas e embalagem de óleo utilizados) são gerados em pequena quantidade e esporadicamente, sendo acondicionados temporariamente no abrigo de resíduos e, posteriormente, coletados e transportados pela empresa Pró-Ambiental Tecnologia Ltda, sempre que houver demanda.

Também foi informado – Anexo 4 do RAS – que no local há uma área de apoio, composta pela área administrativa, banheiro químico, abrigo de resíduos e de produtos, além de pista de abastecimento, sendo essa estrutura impermeabilizada, com canaletas de drenagem que direcionam a água para uma caixa separadora de água e óleo (CSAO).

Diante das informações, foi solicitado via e-mail, no dia 27/12/2019, que o responsável pelo RAS apresentasse relatório fotográfico, comprovando todas as estruturas existentes na área de apoio, além de cópias das notas fiscais, ou outro documento, comprovando o vínculo da Coferall com as empresas responsáveis pela coleta de resíduos perigosos e efluentes sanitários. Contudo, no documento R0007101/2020, de 20/01/2020, foi apresentado apenas as fotos abaixo, com banheiro químico e um *container*, que é utilizado com sede administrativa.





A foto (A) apresenta um container que é utilizado como a sede administrativa do empreendimento. A foto (B) corresponde ao banheiro químico presente no empreendimento.

**Figura 5 - Estruturas de apoio do empreendimento. Fonte: Informações complementares do RAS.**

Quanto ao abrigo de resíduos sólidos e posto de abastecimento, foram apresentados cronogramas de implantação das obras, pois as mesmas ainda não existem, diferentemente do que foi informado no RAS. Em relação às empresas especializadas responsáveis pela coleta de resíduos sólidos perigosos Classe I e efluentes sanitários, foi informado que nunca houve geração suficiente dos mesmos, tendo em vista que *“o empreendimento teve incídio em sua operação apenas no mês de setembro de 2019”*, logo nunca foi contratado esse tipo de serviço.

Sabe-se que a Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME vem operando desde 2018, logo depois da concessão das AAFs, tempo hábil para implantação de todas as estruturas necessárias para o funcionamento do empreendimento e contratação de empresas para realizar a limpeza do banheiro químico e recolher os resíduos gerados.

No item 5.1 do RAS, foi informado que o empreendimento fará uso de água para aspersão de vias, através de captação superficial por uso insignificante. Também foi solicitado via *e-mail* a apresentação da Certidão de uso Insignificante e DAIA, autorizando a intervenção em APP para realizar a captação superficial.

No documento R0007101/2020, foi apresentada a Certidão n. 166716/2019, regularizando a captação de água no Rio São João, válida até 20/12/2022. Entretanto, o responsável pelo RAS informou que o *“local de captação não é considerado Área de Preservação Permanente – APP e nem Reserva Legal e, portanto, não é necessário a apresentação de DAIA”*, o que se trata de um equívoco, pois se trata sim de captação em uma área de APP e essa intervenção precisa ser regularizada.

A Lei nº 20.922/2013, em seu art. 3º, inciso III, alínea “b”, considera captação de água uma atividade eventual ou de baixo impacto, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos. No Decreto n. 47.749/2019, em seu art. 34, a que se refere o inciso III do art. 3º da Lei nº 20.922/2013, a intervenção em APPs e Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, fica dispensada de autorização para intervenção ambiental e sujeita à Simples Declaração ao órgão ambiental competente, desde que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR, apenas em pequena propriedade ou posse rural familiar, o que não é o caso do empreendimento em questão.

*[Handwritten signature]*





Apesar das informações incoerentes prestadas, como a respeito da data de início da operação do empreendimento, as atividades estão acobertadas pelas duas licenças ambientais vigentes, AAFs n. 02334/2018 e n. 00434/2018, todavia o empreendimento vem gerando impactos ambientais e ainda não possui todas as estruturas necessárias para mitigá-los. Sendo assim, entende-se que é de grande importância ambiental que o empreendimento implante todas as infraestruturas de apoio, regularize a intervenção ambiental em APP para captação superficial, retifique o CAR – certificando-se de que todas as áreas de reserva legal e APP sejam declaradas corretamente –, além de apresentar ADA coerente com os documentos apresentados, antes de uma nova solicitação de ampliação.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado e demais documentos apresentados, sugere-se o **indeferimento** da Licença Ambiental Simplificado ao empreendimento **Coferall – Extração e Comércio de Areia Ltda – ME**, para as atividades A-03-01-8: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 50.000,00 m³/ano, e A-03-02-6: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 50.000,00 t/ano, localizado nos municípios de Itaúna e Igaratinga/MG.



